

O “diário” do Reitor da Universidade de Coimbra, D. Manuel Corte-Real de Abranches (1664–1666)

The “diary” of the Rector of the University of Coimbra, D. Manuel Corte-Real de Abranches (1664–1666)

ANA MARIA LEITÃO BANDEIRA

Técnica Superior Aposentada do Arquivo da Universidade de Coimbra

anamariabandeira@sapo.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2883-8994>

RESUMO

Pelo presente trabalho dá-se a conhecer a existência de um “diário” de D. Manuel Corte-Real de Abranches, com registos dos dois anos de seu reitorado, entre 5 de maio de 1664 e 6 de dezembro de 1666. Este volume manuscrito não foi redigido apenas por si, podendo ser atribuída uma letra de outro punho a alguns dos registos, provavelmente um seu secretário. Apesar do título da lombada identificar este volume como *Petições e Despachos dos estudantes de Coimbra 1664 a 1666*, este manuscrito reúne informação muito mais vasta. Qual o sentido da redação deste “diário”? E seria um volume para registo particular ou institucional? Foi feita uma análise do seu conteúdo informativo, constatando como retrata a instituição universitária, na segunda metade do séc. XVII. Foram também apreciados a apresentação gráfica do manuscrito, as rasuras e os textos intercalados.

PALAVRAS-CHAVE: História da Universidade de Coimbra; D. Manuel Corte-Real de Abranches; Reitor da Universidade; Diário manuscrito.

ABSTRACT

This work reveals the existence of a diary by Manuel-Corte Real de Abranches, with records of the two years of his rectorship, between 5 May 1664 and 6 December 1666. This handwritten volume was not written by him alone, and some of the entries can be attributed to another handwriting, probably that of his secretary. Although the title on the spine identifies this volume as *Petitions and Dispatches from Coimbra students 1664 to 1666*, this manuscript contains much more extensive information. What is the purpose of this diary? And was it a volume for private or institutional records? Its information content was analysed to see how it portrays the university institution in the second half of the 17th century. The graphic presentation of the manuscript, the erasures and interspersed texts were also appreciated.

KEYWORDS: Coimbra University History; Manuel Corte-Real de Abranches; University Rector.

Apresentação

O pouco que se conhece, até hoje, sobre a atividade de D. Manuel Corte-Real de Abranches, nos dois anos em que ocupou a cadeira reitoral da Universidade de Coimbra, poderá ser complementado com a leitura do “diário” que redigiu durante esses dois anos. Este volume manuscrito, que esteve em mãos particulares e foi por mim adquirido ao conceituado leiloeiro e livreiro Pedro de Azevedo, irá, brevemente, ficar a pertencer ao acervo do Arquivo da Universidade de Coimbra, para acesso de todos os investigadores e do público, em geral, que o deseje conhecer. Os breves registos que ali são lançados seguem uma ordem cronológica, que se reporta à data do documento que é mencionado pelo Reitor, ou seja, se está em questão uma petição de um aluno da Universidade que lhe foi dirigida, qual o despacho que a mesma teve e a sua data. Se, por outro lado, se trata de uma petição de um professor da Universidade, para aumento de vencimento ou para mudança de categoria, qual o despacho que o Reitor sugere que receba, superiormente, uma vez que teria de ser de autorização régia. Ao falar em “diário” não podemos deixar de questionar se é mesmo essa a tipologia. É evidente que não se trata de um diário da vida pessoal, mas sim da vida institucional, no cargo máximo que ocupava na Universidade.

Apesar dos registos terem sido lançados desde 5 de maio de 1664 até 6 de dezembro de 1666, o conteúdo informativo de muitas petições dirigidas

ao Reitor pode reportar-se a algum assunto de anos anteriores, sendo um dos casos a citar o dos alunos que requerem equiparação da frequência na Universidade de Coimbra quando tinham frequentado outras instituições, em anos anteriores. Entre os exemplos que podem ser citados está Matias de Barros (referido a fls. 10v-11), que era natural de Braga e estudara no curso de Artes, em Braga. Também João da Rocha Pita, natural da “Bahia de todos os Santos”, estudara um curso de Artes no Colégio jesuíta daquela cidade (referido a fl. 11).

Algumas destas situações serão analisadas no texto deste artigo, quando se abordar a situação das petições de estudantes.

São objeto de atenção particular as petições feitas por viúvas de professores da Universidade que solicitam o pagamento de tenças, por se encontrarem em precária situação financeira e com filhos para criar, após enviuvarem. Entre os casos abordados, encontra-se, por exemplo, o da viúva do doutor Manuel Carreira, que foi professor da cadeira de Avicena, na Faculdade de Medicina.

No final do volume está anexado um caderno com 10 folhas, sendo essas folhas de dimensão um pouco menor, em relação às restantes. Pode constatar-se que não pertenciam ao “diário”, não só pela menor dimensão das suas folhas, mas, ainda, por terem vincos de dobragem, por estarem roídas no canto superior direito, por apresentarem, na última folha, um breve sumário que identifica o seu conteúdo (“*Do Coll.º de S. Paulo sobre as novidades que pertendiaõ introduzir lhe*”) e por, na margem superior esquerda da primeira folha, se encontrar um registo manuscrito, em letra muito delgada, com a indicação de ter estado arquivado (“*Avulsos m 1 n 36*” [ou seja maço 1, n.º 36]), pois era esta a forma como se identificava o lugar de acondicionamento, num arquivo: maço, saco, gaveta, etc.

1. Dados biográficos de D. Manuel Corte-Real de Abranches

Os dados biográficos que se conhecem são breves, mas ajudam a traçar um certo perfil da personagem em questão. Era natural de Serpa, onde nasceu em 18 de dezembro de 1620¹, sendo filho de Roque da Costa Barreto e de sua mulher D. Leonor de Abranches. Seu pai teve por irmãos Nuno

¹ Não foi possível confirmar a data de nascimento pois os registos paroquiais de Serpa, para esta data, não estão completos, no que toca à Paróquia de Santa Maria, de Serpa. Foram consultados os volumes da Paróquia de Salvador, de Serpa, e não foi localizado o seu registo de batismo. Esta data de nascimento foi, no entanto, mencionada por Figueiroa (1937, p. 147).

Álvares da Costa Barreto e Francisco Barreto, este último seria o 33.º Bispo do Algarve. Foi junto deste seu tio que Manuel Corte-Real de Abranches viveu, nos anos em que residiu em Lisboa. Foram já divulgados por Figueiroa (1937, pp. 146-147)², onde foram colhidos os dados aqui apresentados, acrescidos de algumas informações complementares.

Frequentou a Universidade de Coimbra, tendo estado matriculado na cadeira de *Instituta*, desde 13.10.1635. Depois, passou a frequentar a Faculdade de Cânones, a partir de 15.10.1636, tendo obtido graduação nessa Faculdade, em 19.7.1643³. O seu tio paterno D. Francisco Barreto, o 33.º Bispo do Algarve, também frequentou a Universidade de Coimbra, na mesma Faculdade de Cânones, onde se graduou, em 19.7.1614⁴.

Foi Cónego na Sé do Algarve, Inquisidor de Évora e Deputado da Inquisição de Lisboa. O seu nome estava inserido entre os nomes sugeridos pelo claustro da Universidade de Coimbra para ser provido como Reitor da Universidade. A Provisão Régia de D. Afonso VI datada de 7 de abril de 1664 nomeou-o para esse cargo, do qual tomaria posse a 29 de abril. Ocupou a cadeira reitoral até ao seu falecimento, em Coimbra, em 28 de dezembro de 1666, tendo sido sepultado no Colégio da Trindade. A sua data de nascimento, em 18 de dezembro de 1620, proposta por Figueiroa (1937), tem sido corrigida para cerca de 1580, em alguns autores, mas desconhece-se a fundamentação para a alteração da data.

No último registo de pagamento de vencimento da Universidade, constatou-se que quem recebeu esse dinheiro foi o seu herdeiro, o sobrinho Francisco Barreto. Trata-se, certamente, de um filho de seu irmão Nuno Álvares da Costa Barreto. Na senda do registo de óbito deste Reitor, foi feita pesquisa em livros paroquiais da cidade, tendo sido localizado o seu óbito na Paróquia de São Pedro, de Coimbra, em 28 de dezembro de 1666⁵. Apesar da oxidação do papel pela tinta ferro-gálica e repasses de tinta, pode confirmar-se a data já aventada por Figueiroa (1937) e o sepultamento na igreja do Colégio da Santíssima Trindade, onde elegera sepultura.

² A obra de Francisco Carneiro de Figueiroa foi publicada pela primeira vez no *Anuario da Universidade de Coimbra*, de 1871-1872, continuando nos anos seguintes. Para informações aqui apresentadas (neste artigo) foi consultada a edição de 1937, em que o trabalho foi publicado como monografia.

³ Dados do percurso académico universitário consultados em <https://pesquisa.auc.uc.pt/descriptions/198672>.

⁴ Dados do percurso académico universitário consultados em <https://pesquisa.auc.uc.pt/descriptions/151251>.

⁵ Na consulta de registos paroquiais que se encontram online pode citar-se a referência documental digital <https://pesquisa.auc.uc.pt/viewer/descriptions/35082/111387>.

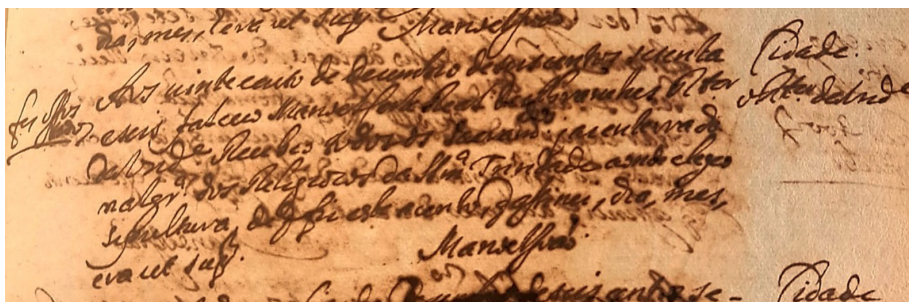


Figura 1 – Registro de óbito em 28.12.1666 (Paróquia de São Pedro, de Coimbra). Fotografia da autora.

Tinha apenas 46 anos quando faleceu, como diz Figueiroa (1937), e esta informação foi replicada por outros autores, como Morais (1951), Rodrigues (1990) e Freitas (2017). Constata-se que teria começado a carreira muito novo, exercendo os cargos de Cónego na Sé do Algarve, Deputado da Inquisição de Lisboa, em 1643, como refere López-Salazar (2013), e Inquisidor de Évora, em 1654. Também não deve estranhar-se ter ingressado na Universidade com apenas 15 anos (nasceu em 1620 e ingressou em 1635), pois era comum a entrada nos estudos universitários com essa idade. Atente-se que nascera no seio duma família ilustrada e de ascendência fidalga. O brasão de armas da sua família está representado na parte superior (lado direito) da tela que o retrata, na Galeria dos Reitores da Universidade de Coimbra. Só viria a ser nomeado Reitor da Universidade em 1664. O seu nome figura em Viegas (1649), a anteceder o texto da oração fúnebre dedicada a seu irmão D. Francisco Barreto, Arcebispo de Évora e Bispo do Algarve, falecido em 13.10.1649. Segundo outros autores que apontam a data de cerca de 1580 para o seu nascimento, como sucede na Biblioteca Digital Luso-Brasileira, questiona-se onde terá sido colhida essa data⁶. A tela a óleo já referida, que se encontra na Universidade, na Sala do Exame Privado, na Galeria dos Reitores, revela um homem jovem e não um ancião.

Os dados biográficos mais esclarecedores que puderam ser encontrados figuram na sua Habilitação para o Conselho Geral do Tribunal do Santo Ofício, onde se refere apenas como Manuel Corte Real, mas no interior do processo – que está digitalizado e online – encontram-se os dados comple-

⁶ A indicação do nascimento de Manuel Corte-Real de Abranches ca. 1580 foi identificada em <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/browse?value=Abranches%2C+Manuel+Corte+Real+de%2C+ca.+1580-1666&type=author>.

tos de nome, naturalidade e filiação⁷. Viveu em Lisboa, na casa de seu tio D. Francisco Barreto, Bispo do Algarve, como o afirma uma testemunha do seu processo de Habilitação: trata-se de Fr. Bartolomeu Carrasco, prior de Noudar (antiga vila e extinto concelho que hoje pertence ao município de Barrancos, distrito de Beja), residente em Lisboa, em casa do mesmo Bispo D. Francisco Barreto.

Esta testemunha diz mesmo, neste processo que decorreu em 1643, que conhecia bem Manuel Corte Real: *“de vinte e cinco anos a esta parte por se criar em casa do Bispo do Algarve tio do mesmo Manuel Corte Real”*.

Durante o seu reitorado a Universidade era frequentada por 905 alunos, no ano letivo de 1664-1665, e por 907 alunos, no ano letivo de 1665-1666, com predominância da frequência na Faculdade de Cânones (Freitas, 2017). Este é o universo estudantil que irá estar sob a alçada do Reitor, sabendo-se que muitos alunos se ausentaram de Coimbra, devido a questões de saúde e devido ao conflito militar, em algumas zonas do país, ainda na sequência da Guerra da Restauração.

2. Análise do suporte material e grafia

O presente volume manuscrito é formado por 104 folhas, que foram numeradas a lápis, uma vez que não possuía foliação e era necessário fazer remissivas para determinadas folhas, nas quais estavam registados assuntos a abordar. Trata-se de papel italiano, por comparação da sua marca de água com outras marcas de água semelhantes, encontradas em papel italiano. Apresenta na parte superior da filigrana o brasão de Génova, devendo tratar-se de uma marca de água utilizada por algum papeleiro genovês que, depois, colocava as suas iniciais nos círculos que se encontram imediatamente abaixo da simbologia heráldica.

Neste conjunto de 104 folhas, foi colocada uma encadernação, provavelmente, no início do séc. XIX, uma vez que é a típica meia encadernação, com lombada e cantos em pele, com pastas de cartão revestidas a papel marmoreado. Na lombada encontra-se um rótulo de pele vermelha, com título e data em letras douradas. Na goteira das folhas foi aplicada tinta amarela, com salpicos de tinta azul. Tem vestígios de traças

⁷ O seu processo de Habilitação, com a referência PT/TT/TSO-CG/A/008-001/18523, foi consultado em: <https://digitarq.arquivos.pt/fileViewer/7daa541b3cba4d6996a553e72fadd898?isRepresentation=false&selectedFile=8242959&fileType=IMAGE>.

no pé da encadernação, sem afetar o miolo do livro. No plano inferior da pasta de cartão, há um rasgão do papel marmoreado, cuja lacuna permite observar o cartão. No interior foi encontrado o pequeno bilhete que identifica o volume, com a particularidade de se registar: Vol. 1.º. Será que podemos supor que estaria integrado numa coleção de outros volumes, da mesma natureza?



Figura 2 – Marca de água das folhas de guarda e de todo o manuscrito. Do lado esquerdo, folha de papel com oxidação que não permite observar bem a marca de água. Uma das imagens está invertida. Mas desconhece-se a correta colocação da filigrana, na trama de fios, da forma manual de papel⁸. Fotografia da autora.

Um outro aspeto que deve ser mencionado, quanto à forma como estão redigidos os assentos deste volume, prende-se com a clareza do texto

⁸ Marcas de água muito semelhantes, com o brasão de armas de Génova e três círculos, encontram-se em <https://www.academiacoleccion.es/dibujos/inventario.php?id=D-0809>. Refira-se, por exemplo, a marca do papel de desenho de Carlo Marati (1625-1713), com cinco caricaturas, existente na Real Academia de Bellas Artes de San Fernando, em Madrid, que apresenta também o brasão de Génova. Consulte-se também a grande base de dados *Memory of Paper – The Bernstein Project*: https://www.memoryofpaper.eu/BernsteinPortal/appl_start_disp#. A história do fabrico de papel em Génova, com indicação de bibliografia, pode ser consultada em <https://www.labo.net/briquet/testi/briquet/11.htm>.

e correção de escrita. Mas, a partir da fl. 13, por exemplo, começam a surgir textos rasurados e palavras entrelinhadas, por engano de escrita e correção de uma ideia mal explícita: na fl. 14, uma frase riscada; na fl. 16v, um parágrafo inteiro foi riscado. O texto que estava lançado dizia respeito a uma petição de um aluno oriundo do Brasil, mais concretamente da Baía, de nome Luís Vaz de Azevedo, de 26 anos de idade, que frequentava a Faculdade de Leis. Trata-se de uma petição para lhe ser levado em conta o tempo que estudara na Baía, mercê que o Rei concedia habitualmente aos estudantes “ultramarinos”, atendendo às dificuldades e despesas que tinham para vir estudar em Coimbra. O Reitor considera que lhe deve ser dada aprovação do que pede, em 1.12.1664. Mas desconhece-se a razão de ter sido riscado este assento.

Nas fls. 36, 40v, 45 e 46 há de novo rasuras, palavras e frases riscadas e outras entrelinhadas. Depois, o texto volta a ter uma uniformidade, com cuidado de redação.

Quando atentamos na grafia utilizada, constatamos que ela não é igual ao longo de todo o volume. Certamente, o início do registo começou a ser feito por Manuel Corte-Real de Abranches que, depois, poderá ter ditado o texto a algum secretário ou escrivão que o auxiliava. Ao cotejar a grafia que utiliza na assinatura que colocou em alguns volumes do fundo documental da Universidade de Coimbra, sobretudo nas atas registadas em livros de *Conselhos da Universidade*⁹, identificamos uma grafia muito semelhante à que consta na primeira folha do livro.

No texto da ata do *Conselho de Deputados e Conselheiros da Universidade*, em 1 de dezembro de 1666, no mês de falecimento de Manuel Corte-Real de Abranches, a assinatura que coloca no final do texto é muito nítida, denotando firmeza de grafia, assim como a sua assinatura no livro de *Folhas de Ordenados*. Uma análise grafológica também revelaria uma personalidade vincada, atendendo a certos pormenores que a identificam: uma letra bem delineada, com maiúsculas elevadas, como as letras M e A, tal como o alongamento inferior da cauda da letra C. São dados que confirmam características de personalidade, de acordo com a análise caligráfica.

⁹ Foram consultados os volumes que correspondem ao período cronológico do seu reitorado (1664-1666) (AUC – IV-1.ºD-1-2-74).

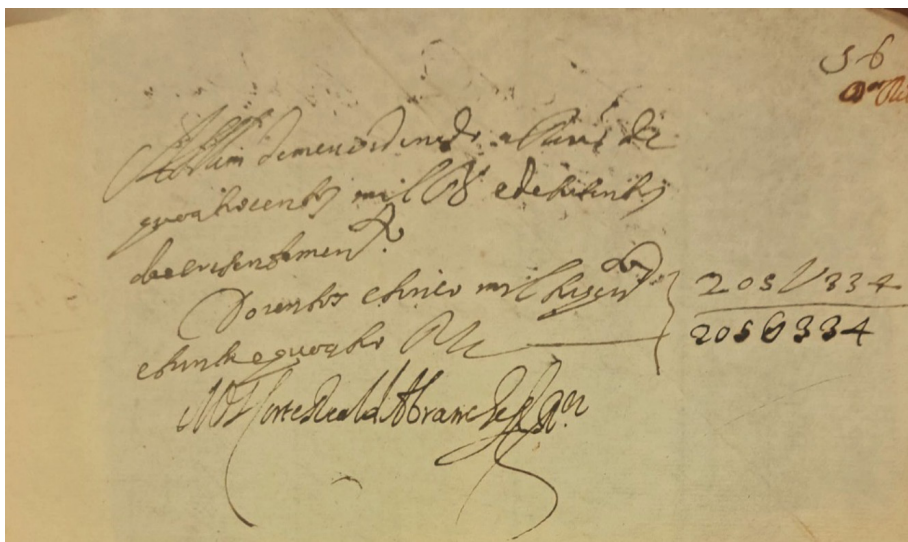


Figura 3 – Assinatura no livro de *Folhas de Ordenados* (1665-1666), fl. 56. Pagamento da terceira terça, do ano letivo de 1665-1666, ou seja, no final de julho de 1666 (AUC-IV-1.ªE-11-5-8). Fotografia da autora.

3. Análise de tipologias dos registos diários

O volume não possuía paginação, como já se referiu, mas foi numerado a lápis, em todas as suas folhas, no canto superior direito. As folhas brancas iniciais consideram-se como folhas de guarda, exceto a fl. 1, onde se diz, apenas numa linha, no topo da folha: “O anno de 1654 p.^a 55 foi o da proibição”.

O texto começa a ser lançado na fl. 2, denotando ser do próprio reitor, pela forma verbal que utiliza:

“Em 5 de mayo de 1664

Quando cheguei a esta Universidade achei nella tão poucos estudantes tantas, e taõ graves doenças que me pareceo conveniente por lhes o último como determino fazer 3.^a feira 6 do prezente para que se pudessem recolher as suas terras, e livrar-se do perigo em que se achão de poderem adoecer nesta aonde a falta de assistência nas doenças as fariaõ graves quando em si o não fossem. Estando neste estado a terra me pareceo também não era justo que se fizesse a 3.^a matrícula que ainda se não tinha feito porque podendo com medo de faltarem nella os estudantes que se achavaõ

ausentes recolher-se a Universidade se exporiaõ ao contágio das doenças que nella há...”

O texto continua, com comentários sobre as questões de saúde que afligiam o Reitor. Estas preocupações tinham a sua razão de ser, pois o país tinha estado assolado por peste bubónica em 1656 e os maus anos agrícolas, a falta de alimentação e a desnutrição da população levaram a que 1664 fosse um ano de doenças. Isso mesmo foi testemunhado pelo Padre António Vieira (1997, p. 48). Esta é a razão da preocupação, considerando que muitos alunos vinham de diversos locais do país, sendo, eles próprios, uns possíveis transmissores de doenças. O registo termina confidenciando que o Rei deveria tomar uma decisão perante os factos que estavam a ser narrados.

Uma confirmação dos acontecimentos em Coimbra (e também no país) – no que diz respeito a questões sanitárias, de pobreza por falta de alimentos e de desastres naturais que motivaram a diminuição das colheitas agrícolas – pode ser lida na correspondência do Padre António Vieira, que se encontrava confinado no Colégio de Jesus de Coimbra, por determinação do Tribunal da Inquisição, que abriu o seu processo em 1663 (Vieira, 1997). Em 5.5.1664, precisamente nesse dia em que o Reitor começa a redação deste manuscrito, o Padre António Vieira escreve uma carta dirigida, de Coimbra, a D. Rodrigo de Meneses. Seria uma lacuna não apresentar aqui o seu texto, tão coincidente com a opinião do Reitor, mas escrito da forma brilhante que era seu apanágio:

Ainda as naus da Índia na altura de Cabo Verde não estarão e, posto que nos perdoaram o degredo, padecemos em Coimbra as calmas da Guiné, e menos mal fora se só se padeceram as calmas; mas só as doenças tão gerais e malignas, que já os médicos lhes mandaram aplicar os defensivos da peste, e falta pouco para lhe darem o nome.¹⁰

Continua, depois, discorrendo sobre as doenças e faz o mesmo em outra carta de 19.5.1664, com o mesmo endereço, referindo que a cidade de Coimbra estava despovoada, porque todos os que puderam tinham fugido dela.

Voltando ao manuscrito em análise, o primeiro registo que é lançado, logo a seguir, refere uma queixa do síndico da Universidade, o Lic. João Duarte, que apresentara perante o Conselho de Conselheiros um protesto por ter sido suspenso, até obter Mercê Régia, no âmbito de uma quezília com o Vice-Reitor

¹⁰ Texto recolhido da carta do Padre António Vieira acima referida (Vieira, 1997, pp. 51-53).

Padre Mestre Luís de Sá, dizendo que naquele Conselho não se podiam suspender oficiais da Universidade, mas apenas tratar de assuntos de nomeação de professores para cadeiras. O Reitor diz, de forma muito pessoal: *"Vi e fiz ver pelos lentes de Prima, e Véspera de Cânones, e Leis e a todos pareceo que o Conselho tinha excedido e não podia suspender ao síndico"*. Ao chegar à Universidade, a primeira questão com que se depara é uma quezília interna, como tantas com que se iria debater, durante o seu reitorado.

Para confirmar esta situação, foi feita uma pesquisa no livro de *Conselhos da Universidade*, na parte que diz respeito ao Conselho de Conselheiros, e, efetivamente, ali está registada uma decisão tomada pelo referido conselho, em 22.4.1664: determinou-se que o síndico fosse chamado ao conselho e *"fosse reprehendido pella demazia com que falla e demais fosse suspendido do seu officio"*¹¹.

4. Petições de estudantes

Quanto a estudantes, o primeiro registo de uma petição enviada ao Reitor ficou lançado logo na folha seguinte (fl. 3), em 4 de maio. Trata-se de um pedido do Padre Francisco Madeira da Costa, natural de Évora, estudante de Cânones. A petição que dirigiu ao Reitor dá conta dos acontecimentos militares que ainda ocorriam, durante a Guerra da Restauração, sobretudo no Alentejo, região donde provinha o estudante. Relata que frequentara a Universidade no ano letivo anterior, em 1662-1663, apenas durante quatro meses, por se ter matriculado em janeiro e só ter podido vir à Universidade fazer a sua prova de curso em julho, por justos impedimentos que se lhe colocaram, pedindo que lhe fosse concedido tempo para fazer um cursilho: *"sucederá vir o inimigo a Évora e que lhe fora necessário ir retirar sua may viuva e suas irmans com que não pudera cursar mais de quatro mezes..."*.

Face a este pedido, o Reitor sugere que lhe deve ser dado despacho favorável, pois este aluno já tinha também cursado algum tempo na Universidade de Évora, da Companhia de Jesus, assim como havia informação de ser bom estudante.

Outros aspetos que se prendem com a sociabilidade estudantil e a dificuldade de sobreviver, em Coimbra, por falta de recursos económicos, sobretudo no que respeita a estudantes provenientes do Brasil, são também mencionados neste volume. Entre outros casos, o do estudante da Faculdade

¹¹ Livro de atas dos *Conselhos da Universidade*, 1663-1664, fl. 12-12v (AUC – IV -1.ªD-1-2-73).

de Leis, João da Rocha Pita, natural da Baía (fl. 11). Na petição dirigida ao Reitor dizia que fizera os seus estudos no Colégio da Baía, da Companhia de Jesus, *"onde se fez Mestre em Artes e estudou seis anos Teologia"*, como provara por certidão apresentada. Diz que como era muito pobre e não podia residir mais tempo em Coimbra, *"por se não sustentar nella do próprio cabedal e juntamente ser bom estudante"*, pede ao Reitor que lhe conceda um ano e meio de tempo, para fazer os seus atos. A esta petição foi dada informação abonatória do Reitor, dizendo *"sou de parecer que V. Mg.^{de} lhe faça mercê de hum anno"*, em 4 de agosto de 1664.

O estudante canonista Filipe do Couto Machado (registado a fl. 65) fez petição para lhe ser levado em conta o tempo em que estudou no Colégio da Companhia de Jesus de Braga, no ano de 1656 para 1657 e no ano de 1657 para 1658, como comprovou, por certidões dos seus mestres.

Outros casos interessantes são as petições de estudantes de Medicina. Por elas ficamos a conhecer os alunos que tinham obtido partido médico, para receber um auxílio pecuniário que os ajudasse a sustentar-se enquanto estudavam, sendo também um incentivo para que houvesse mais médicos. Entre os exemplos que podem ser referidos, encontra-se o de Francisco Gomes Pequeno (fls. 81v-82), cujos dados podem ser pesquisáveis, online, no Arquivo da Universidade de Coimbra. Tal pesquisa permitiu saber que era natural de Chaves e que começara os estudos na Universidade de Coimbra em 10.10.1659, que concluiria a formatura em Medicina em 28.5.1666 e a Aprovação em 9.7.1666¹². Na sua petição diz que faltara à matrícula, que fez a 5.12.1664 (um ingresso já tardio, depois de outubro), mas que a sua falta ocorrera por ter sido chamado pelo Conde de São João para curar os soldados de Mogadouro, por não haver outro médico, e só continuou na Universidade nos meses de outubro e novembro, pelo que lhe faltavam dois meses para poder fazer o ato de Aprovação em Medicina. O Reitor regista a sua opinião, dizendo que deve ser deferido o seu pedido, pois há necessidade deste médico, para cura dos soldados. Apesar de não ser mencionada a data do registo, deve situar-se antes de 7.5.1666 (data registada a fl. 83v); a sua aprovação ocorreu, efetivamente, dois meses depois, como está acima mencionado. Muitos outros estudantes médicos, a quem foram atribuídos partidos, estão registados neste volume e os seus nomes podem ser confirmados no catálogo já publicado relativo aos *Processos de habilitação a partidos médicos e farmacêuticos* (Bandeira, 1995-1996).

¹² A pesquisa em <https://pesquisa.auc.uc.pt/descriptions/225329> permitiu saber a sua naturalidade e qual foi o seu percurso académico.

5. Petições de viúvas e filhas órfãs

Entre a diversidade de petições, situam-se também as que são enviadas ao Reitor por viúvas e filhas de professores. A viúva do professor da Faculdade de Medicina, doutor Manuel Carreira Matoso, que faleceu em 25.5.1664, é uma das que se dirige ao Reitor (fl. 11v) com um pedido duma tença anual. Em abono do seu pedido, refere como seu marido fora um professor dedicado, mas que, com a sua morte, ficara muito pobre e desamparada, com três filhos, sem ter nada de seu. Uma das afirmações que faz permite-nos conhecer um hábito interno da instituição que mostra a solidariedade para com os familiares de professores que faleceram. D. Maria, da qual não se diz o nome completo, mas apenas que era viúva daquele médico, professor, diz por suas palavras: *"e V. Mag.de costuma dar tença a todas as mulheres dos lentes e hainda a filhas de que há muitos exemplos"*. A este pedido foi dado despacho abonatório, mas apenas de mil réis, que seriam entregues por três anos, uma vez que a Universidade já estava muito sobrecarregada de tenças dadas aos professores jubilados e por despesas com outras situações, sendo esta a opinião que envia ao Rei, em 4.8.1664.

Quanto a filhas de professores que também pedem a sua tença, podemos trazer o exemplo das filhas do doutor Fabrício de Aragão, D. Ana de Aragão e D. Maria de Aragão. O seu pai fora professor da cadeira de Clementinas, mas tinha sido igualado à cadeira de Sexto, da Faculdade de Cânones. Tendo falecido em 3.7.1621, a sua mãe viúva, D. Maria Pereira, recebera já uma tença de 20 mil réis, atribuída pela Universidade. Uma vez que esta falecera, as filhas vêm agora solicitar que a tença seja transferida para elas, pois, com a sua morte, *"ficaram muito pobres"*. O Reitor irá recusar este pedido, atendendo a que a Universidade já pagara durante muitos anos esta tença a sua mãe. De facto, como se referiu, o doutor Fabrício de Aragão já havia falecido em 1621 e a sua viúva recebera essa tença durante 41 anos, ou seja, até 1666, ano em que faleceu.

Na mesma folha do manuscrito em que está lançada a petição acima referida (fl. 79) ficou registada uma outra petição de uma viúva. Desta vez, é D. Maria Teixeira, viúva do doutor António Pacheco Fabião, lente de Prima de Medicina, que solicita uma tença, invocando que seu marido servira a Universidade por mais de 40 anos, sendo os ordenados das cadeiras que lecionara menores do que os das demais Faculdades. Esta viúva alega ainda que tivera de sustentar seu filho Inácio Pacheco, *"nas fronteiras do Alentejo"*, e que este morrera servindo a Universidade. Solicita 60 mil réis de tença, pois ficara *"em grande pobreza"*. De novo se vê invocada a terrível situação

da Guerra da Restauração, que se prolongou por muitos anos, depois da restauração da independência de Portugal, em 1640. Como nos damos conta, em 1666, ainda se invocavam as despesas e a sobrevivência de militares nas fronteiras do Alentejo. O Reitor despacha favoravelmente este pedido e ainda acrescenta uma dívida de dois moios de trigo e 30 mil réis, para serem pagos a sua filha D. Maria Pacheco. Mas depois de ouvir os deputados da Mesa da Fazenda da Universidade, este assunto teve outra resolução (fl. 79v), pois os membros da Mesa esclareciam sempre o Reitor, quando surgiam dúvidas.

Deve dar-se nota de um facto importante colhido neste registo e que é o seguinte. Os deputados da Mesa da Fazenda relataram que havia sido atribuída uma tença, em vida, ao referido professor, provavelmente porque alegara também serem muito menores os vencimentos dos professores da Faculdade de Medicina. No entanto, o Reitor foi informado de que não se sabia qual o despacho que o Rei dera a este pedido, pois não havia na Universidade um livro onde se apontassem estes despachos e seria conveniente que uma cópia dos Despachos Régios fosse enviada à Universidade e *“se atalharem de todo novos requerimentos”*.

A partir da fl. 31, os registos deixam de apresentar uma data, sendo a última de 16 de março de 1665. Esta situação não pode deixar de suscitar algumas questões: laxismo no registo? Apenas se registam os dados significativos, desconsiderando a data, uma vez que é o mesmo ano letivo? Mas esta situação foi corrigida, a partir da fl. 38v, em que de novo se registou a data, neste caso concreto, 25 de maio de 1665. A partir da fl. 40 há uma nova ausência de datação, que é retomada a fl. 42, voltando depois a estar de novo ausente a partir da fl. 44. Voltará a ser retomada, de forma intercalada, até ao final do volume, fl. 104, que termina com o registo datado de 6.12.1666, com a petição do aluno Manuel Salvado Pereira, de 24 anos, estudante de Cânones, que relata ter faltado à matrícula em janeiro de 1666 e pede ser relevado neste atraso na sua matrícula, uma vez que, de acordo com os Estatutos da Universidade, a matrícula deveria ter lugar em outubro.

6. Petições de rendeiros e foreiros de prazos da Universidade

Como já foi referido, o rótulo de título na lombada do volume em análise tem a indicação de *Petições e Despachos dos Estudantes de Coimbra*. Mas não são apenas petições de alunos, como já foi dito, nem tão pouco petições de viúvas de professores. Chegou o momento de mencionar, também, a existência de petições de rendeiros de propriedades pertencentes à Fazenda

da Universidade. Eram vastas essas propriedades, rústicas e urbanas, e estavam situadas, não poucas vezes, em locais muito distantes de Coimbra. Nas fls. 58v a 59v, podemos tomar conhecimento de certas situações vividas com esses rendeiros e foreiros. Primeiramente, atente-se no pedido que foi feito por D. Guiomar da Silveira, que era a sucessora num prazo que tinha estado na posse de seu irmão Pedro da Cunha e de seu sobrinho Gonçalo Vasques, os quais haviam, entretanto, falecido. Trata-se do prazo da Carapinheira (do concelho de Montemor-o-Velho), para o qual solicita que lhe seja passada uma carta de renovação do emprazamento em terceira vida. Mas o Reitor, depois de apresentar o caso ao *Conselho de Claustro Pleno* (por ser a quem competia decidir sobre estes assuntos) e também depois de ter sido apresentada a situação em Mesa da Fazenda, concluiu que não podia ser satisfeito o seu pedido, pois havia dívidas de pagamento de rendas, por parte de Gonçalo da Cunha, e a Universidade tinha já iniciado uma demanda judicial com este último rendeiro. Não podemos deixar de transcrever a opinião do Reitor e demais conselheiros e deputados. Uma vez que a Universidade retomara a posse da dita propriedade, após o falecimento do anterior rendeiro, que só deixara dívidas, não seria aconselhado dar despacho favorável ao pedido de D. Guiomar da Silveira. Quando a Universidade decidisse fazer novo emprazamento do prazo da Carapinheira *"não devia ser à pessoa da suplicante por ser mulher, e por isso mesmo menos idónea para cultivar, e grangear as terras do prazo..."*. Este registo não está datado, mas deve situar-se próximo de 16.11.1665, data do último registo que apresenta data (fl. 56v). Estas afirmações são questionáveis, pois sabemos que muitas mulheres, que enviuvaram, sucederam nos emprazamentos a seus maridos, quando não tinham filhos maiores que lhes pudessem suceder, diretamente.

Os maus anos agrícolas e as intempéries são muitas vezes invocados como razão para os rendeiros não cumprirem o pagamento das rendas. Como exemplo, refira-se a situação relatada por João Pires da Veiga, que se encontrava preso na cadeia da Universidade e que tinha sido rendeiro da Universidade, do prazo de Torre de Manteigada, no ano de 1660 a 1661 (fl. 59v). Quando os frutos estavam maduros, *"veyo repentinamente huma grande cheya e diluvio de agoa que levou toda a novidade dos feijões que no campo estava, e a maior parte do milho em que elle teve grande perda..."*. Este relato de intempéries confirma o que já é conhecido sobre o mau tempo, de calor abrasador e de chuvas torrenciais, que fora relatado para esta época histórica.

O Padre António Vieira – que, como dissemos, se encontrava detido no Colégio de Coimbra da Companhia de Jesus, desde 1663, por processo que lhe estava a ser movido pela Inquisição – tem sido muitas vezes referido

como testemunha presencial do que se vivia em Coimbra. As cartas que daqui escreve, nas quais relata este tempo de provação (para si, por estar preso, mas também para toda a população, pelo que sofriam com as intempéries), são excepcionais quanto à brilhante redação que se lhe conhece e por este precioso testemunho, precisamente durante o primeiro ano do Reitorado de D. Manuel Corte-Real de Abranches (Vieira, 1997)¹³. Já acima foi referido um comentário seu, sobre o tempo em Coimbra, logo no mesmo dia em que D. Manuel Corte-Real de Abranches iniciava o seu diário (5.5.1664). Mostra, pela sua correspondência, estar muito a par de tudo o que se passava na Universidade e também uma certa proximidade com o Reitor. Pelo menos é o que transparece nestes breves trechos das duas cartas de 7.9.1665, uma dirigida a D. Teodósio de Melo: *“O reitor da Universidade esteve aqui esta manhã, e não teve novidade no correio; seus parentes, como de antes, mas nem por isso contentes.”*; e outra dirigida ao Marquês de Gouveia: *“Veio próprio ao reitor da Universidade, com aviso da peste de Inglaterra, e ordem para se porem nos portos desta costa as cautelas necessárias, as quais se teme muito não sejam bastantes...”*¹⁴. O Padre António Vieira escreveu estas duas cartas em Vila Franca, local hoje pertencente à Portela do Mondego (Coimbra), onde o Colégio de Jesus possuía uma quinta, considerada de recreio, para onde se havia retirado, como acontecia com os residentes no colégio, sempre que houve momentos de peste em Coimbra, desde o séc. XVI (Coutinho & Trigueiros, 2022).

Pelas suas afirmações ficamos a saber que o Reitor da Universidade o visitara, mas nada disso ficou registado neste suposto “diário”. A apresentação deste manuscrito termina com a afirmação de que seria um diário pessoal e institucional, redigido durante o exercício do seu cargo institucional, onde anotava os assuntos que se lhe deparavam na Universidade. Por vezes, surgem algumas opiniões pessoais, como aquela que foi redigida em 14.9.1665: *“juntando Claustro Pleno fiz ler nelle a carta inclusa de V. Mg.de... e depois de se rezolver no dito Claustro...”* (fl. 52). A questão que se discutia era relativa à decisão tomada sobre a celebração do dia 15 de outubro, que passou a ser um dia de guarda dedicado a Santa Teresa, no qual haveria préstito da Universidade, tal como era desejo do Rei D. Afonso VI.

¹³ V. a publicação das Cartas do Padre António Vieira, com anotações de J. Lúcio de Azevedo. Foi esta a obra consultada sempre que foram utilizadas cartas escritas de Coimbra pelo Padre António Vieira.

¹⁴ Vieira (1997), t. II, pp. 235 e 238.

Conclusão

Ao estudar este manuscrito, no sentido de encontrar, com mais clareza, ideias e factos que pudessem trazer um esclarecimento sobre a sua origem, deparámo-nos com algumas surpresas. Começou por ser apenas um caderno avulso redigido entre 1664 e 1666, mas, no séc. XIX, foi-lhe colocada uma encadernação, com título e data, em letras douradas, na lombada, sobre um rótulo de pele vermelha. No seu interior, encontrava-se um pequeno recorte de papel que sugestionava ser o vol. 1 de uma suposta coleção de outros volumes, de outra tipologia, que se encontrariam, possivelmente, no arquivo pessoal do Reitor da Universidade. O registo de vencimento, lavrado em livro de registo da Universidade¹⁵, após o seu falecimento, revela que foi seu herdeiro o seu sobrinho Francisco Barreto, que recebeu 205 mil e 334 réis, “*por ser terça de morto*”. Assim, supomos que o volume que pertencia ao arquivo pessoal do Reitor Manuel Corte-Real de Abranches terá passado para as mãos deste seu herdeiro e nunca pertenceu ao acervo do Arquivo da Universidade. Mesmo que se desejasse fazer um cotejo com outros apontamentos diários de outros reitores, eles não existem, no fundo documental da Universidade de Coimbra, no seu Arquivo. Estamos, assim, perante um exemplar único desta tipologia documental, de riquíssimo valor informativo, que vem colmatar lacunas no conhecimento de muitos aspetos da vida interna da instituição universitária. Além de poder revelar que estes diários eram redigidos para suporte das decisões do Reitor e, certamente, teriam existido para outros períodos cronológicos e em outros reitorados. A identificação aposta na lombada “*Petições e Despachos dos Estudantes...*” fica muito aquém do conteúdo deste volume, como foi possível revelar na análise que foi feita.

Fontes e bibliografia

Fontes documentais

Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra

Arquivo da Universidade de Coimbra [Coimbra]. *Paróquia de S. Pedro, Coimbra*. Livro Misto n.º 3 (1662-1675), [PT/AUC/PAR/CBR35/001/0003].

¹⁵ V. *Universidade de Coimbra (F); Folhas de Ordenados (SR)*, 1666-1667, fl. 2v (AUC-IV-1ª E-11-5-5).

Arquivo da Universidade de Coimbra [Coimbra]. *Universidade de Coimbra*, Atas dos Conselhos, Vol. 24 (1663-1664), fl. 12-12v, [PT/AUC/ELU/UC].

Arquivo da Universidade de Coimbra [Coimbra]. *Universidade de Coimbra*, Folhas de Ordenados, (1665-1666), fl. 56, [PT/AUC/ELU/UC].

Arquivo da Universidade de Coimbra [Coimbra]. *Universidade de Coimbra*, Folhas de Ordenados, (1666-1667), fl. 2v, [PT/AUC/ELU/UC].

Lisboa, Arquivo Nacional Torre do Tombo

Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1643). *Tribunal do Santo Ofício*, Conselho Geral, Habilitações, [PT/TT/TSO-CG/A/008-001/18523].

Referências bibliográficas

Bandeira, A. M. L. (1995-1996). Catálogo dos processos de habilitação a partidos médicos e boticários. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 15-16, 354-516.

Coutinho, M. J. P., & Trigueiros, A. J. (2022). Quinta de Vila Franca, Portela do Mondego, Coimbra. In *1655 Escala em Coimbra. Um jovem jesuíta entre o Ocidente e o Oriente* (pp. 129-140). Imprensa da Universidade de Coimbra.

Figueiroa, F. C. de. (1937). *Memorias da Universidade de Coimbra*. Universidade de Coimbra.

Freitas, H. L. (2017). *Ingressos na Universidade de Coimbra ao tempo do reitorado de Manuel Côrte-Real de Abranches (1664-1666)* [Relatório de Mestrado não publicado]. Universidade de Coimbra.

López-Salazar (2013). Família e parentesco en la Inquisición portuguesa: el caso del Consejo General (1569-1821). In A. I. López-Salazar, F. Olival & J. Figueirôa-Rêgo (Eds.), *Honra e sociedade no mundo ibérico e ultramarino: Inquisição e Ordens Militares (séculos XVI-XIX)* (pp. 129-154). Caleidoscópio. <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/9689/1/LopezSalazar%202013.pdf>

Morais, F. (1951). *Reitores da Universidade de Coimbra: notas biográficas e retratos*. Tertúlia Académica.

Rodrigues, M. A. (1999). *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores: para uma história da instituição*. Arquivo da Universidade de Coimbra.

Viegas, N. (1649). *Oração funebre nas exeqvias, que ao... Senhor D. Francisco Barreto Bispo do Algarve... se fizerão no Real Convento do Carmo de Lisboa, em que está depositado*. Officina de Domingos Lopes Rosa. https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital1013/bndigital1013.pdf.

Vieira, A. (1997). *Cartas* (Coord. e anot. por J. Lúcio de Azevedo, vol. 2). Imprensa Nacional – Casa da Moeda.